

RECURSO ESPECIAL Nº 1.247.725 - SC (2011/0077454-9)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
RECORRENTE : **GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA**
ADVOGADO : **LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI E**
OUTRO(S) - **MG072002**
RECORRENTE : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599**
RENATO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) -
SC008540
RECORRIDO : **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA VERDE E**
OUTRO
ADVOGADO : **CLAUDINEI MOSER - SC016019**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
INTERES. : **AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES**
ADVOGADO : **SILVANA LÚCIA DA SILVA BENINCA E OUTRO(S)**
- SC014688B
INTERES. : **UNIÃO**
INTERES. : **ESTADO DE SANTA CATARINA**
PROCURADOR : **ZENIO VENTURA E OUTRO(S) - SC009237**

DESPACHO

Vistos.

Fls. 1.385/1.386e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual (art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ) dos Embargos de Declaração de fls. 1.353/1.362e, opostos contra acórdão que negou provimento ao Agravo Interno (fls. 1.329/1.347e), apresentada por **GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA**.

Argumenta a Requerente, em síntese, a necessidade de julgamento do feito em pauta presencial, tendo em vista a extrema relevância do tema.

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do

respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora